

A DESNUTRIÇÃO E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

CARLOS EDUARDO MALHADO BALDIJÃO *

RESUMO

Discute-se o significado da desnutrição na economia capitalista a partir de uma visão histórica da sociedade, na qual o pauperismo e a fome são entendidos como aspectos estruturalmente ligados ao modo de produção capitalista e não como distorções de um sistema supostamente harmonioso.

SUMMARY

The article discusses the phenomenon of malnutrition and pauperism from a historical perspective. Instead of explaining it as a distortion within a supposed harmonic system, the author argues that hunger occurs because of the very structural characteristics of the capitalist mode of production.

O objetivo deste é colocar a discussão dos problemas de nutrição dentro de uma visão histórica. Não pretende ser um trabalho acabado, ao contrário, é um ponto de partida para o desenvolvimento do método dialético no campo da nutrição.

A grande maioria dos trabalhos em nutrição tem uma visão funcionalista da sociedade, ou seja, compreende a sociedade como um todo funcional, como o mecanismo de um relógio onde todas as peças têm uma função harmônica. Deste tipo de visão decorrem várias teorias para explicar a existência da fome, através de variáveis denominadas "fatores culturais", como "tabus alimentares" ou "ignorância" que se constituiriam em obstáculo ao consumo adequado de alimentos e seguem paralelamente a outros fatores sociais que explicariam a não inserção das camadas de baixa renda ou os chamados "marginais" nos padrões modernos da urbanização e industrialização.

Nos países centrais o baixo consumo de alimentos é explicado por um "comportamento errôneo" que não segue as normas da sociedade e a partir daí desenvolvem a teoria da "cultura da pobreza", que tem sido estendida também aos países periféricos. Este tipo de análise permanece no plano da pura ex-

pressão fenomenológica aparente. É a histórica por excelência.

A análise dos países periféricos é feita em termos do "moderno" e do "atrasado", sendo o "moderno" referente ao processo de industrialização — urbanização e tomado como norma. Partindo da oposição entre o campo e a cidade, a teoria da modernização transplanta esta dualidade estrutural para a defasagem cultural existente no próprio mundo urbano. Assim procura-se explicar que a fome das chamadas populações marginais é um aspecto disfuncional do sistema tomado como entidade abstrata como se a sociedade tivesse mecanismos auto-reguladores, capazes de eliminar espontaneamente seus "aspectos doentios".

É necessário deslocar a idéia de que esta população "marginal" seja disfuncional ao sistema, e o conceito de fome deve ser visto basicamente como uma contradição que precisa ser analisada na dinâmica do processo de acumulação do capital. Ambas são, ao mesmo tempo, frutos do sistema que as cria, não sendo necessariamente disfuncionais.

É necessário abandonar o conceito dualista de sociedade, e os cortes de tipo "cultural" dentro da visão de atrasado e moderno, de desajuste, de privação cultural e analisar a dinâmica concreta de criação do excedente econômico. Como observa Kowarick,

* Do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

aquilo que é bom para o sistema, nem sempre o é para parcelas significativas de grupos que nele vivem e trabalham.

Como lembra Antonio Candido (1977), algumas necessidades vitais podem ser satisfeitas independentemente de organização social, como a respiração. A fome todavia, se caracteriza por exigir satisfação constante e requerer organização social adequada. A alimentação para satisfazer a fome só pode ser entendida, do ponto de vista social, como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la.

A nutrição é parte integrante da totalidade do processo social e é impossível ter-se uma visão clara do problema se a metodologia utilizada para estudar as condições nutricionais de um povo, não considera seu processo histórico.

Assim, para nós, a questão central é entender como se dá historicamente o desenvolvimento da sociedade, como ela se desestrutura e se reestrutura em função das necessidades do modo capitalista de produção.

O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 40 ANOS

Se, em 1930, quando se acentua o processo de industrialização no Brasil, a grande maioria da população vivia nas zonas rurais; em 1960 mais de 50% da população já se constituía como urbana e, de lá para cá, a urbanização cresce violentamente.

Nos últimos 40 anos, a indústria brasileira diversificou-se bastante, iniciando a produção de bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital. Os novos ramos utilizam técnicas que requerem grandes volumes de capital por trabalhador e amplas escalas de produção. Surgiu daí um intenso processo de concentração de capital. Esta tendência à concentração de capital pode ser verificada através de dados do IBGE que indicam que a participação no valor da produção de estabelecimentos que ocupavam mais de 100 pessoas, passa de 61% em 1959 para 74% em 1968. A participação do capital estrangeiro neste processo é significativa. Segundo dados da revista Conjuntura Econômica citados por Singer (1973), mais da metade das grandes empresas industriais no Brasil são estrangeiras, estando presente de modo maciço nos chamados setores de ponta, como também espalhados em outros setores como têxtil, vestuário, alimentos e produtos farmacêuticos onde sempre possuem as maiores empresas.

No comércio varejista houve a rápida substituição de bazares, mercearias e quitandas pelas redes de supermercados; o mesmo se dá no setor financeiro pela fusão de bancos, no setor terciário pelo surgi-

mento de grandes grupos hoteleiros, etc. Sempre com a participação do capital estrangeiro.

O pequeno e o médio empresário passam a sobreviver apenas no interstício da grande economia capitalista, tendo sido reduzido substancialmente o seu número tanto em termos absolutos, como relativos. Conforme mostra Singer, na cidade do Rio de Janeiro seu número cai de 48.338 para 31.632 (5.8% para 2.7%), entre 1950 e 1960.

É preciso lembrar que enquanto se davam estas transformações, a população urbana se multiplicava rapidamente, por efeitos da queda de mortalidade o que levava a um aumento no crescimento vegetativo mais a migração do campo como resultado das transformações sofridas pela agricultura. É preciso salientar, aqui, que a migração se dá pela expulsão e não pela "atração urbana". A "atração urbana" só se dá, após o rompimento do equilíbrio social que como diz Antonio Candido: "depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação. E sob este ponto de vista, as situações de crise aparecem como dificuldade ou impossibilidade de resolvê-las" (o grifo é nosso). Diga-se de passagem que a fome, enquanto realidade ou enquanto espectro, é a manifestação objetiva do desequilíbrio.

Mesmo nas áreas onde a agricultura é ainda de subsistência o fenômeno ocorre. A crescente interligação do território brasileiro permite à agricultura capitalista competir com aquela de subsistência no abastecimento das cidades, diminuindo o mercado para o excedente dos produtos de subsistência e contribuindo assim para sua extinção (Singer, 1973). Além disto, os incentivos e créditos não se encontram a disposição dos pequenos produtores.

O que se verifica no Brasil, como resultado do processo de acumulação de capital é um grande fluxo migratório no sentido campo-cidade, mas também, cidade-cidade e campo-campo.

O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Por que se dá esta transformação, e qual a ligação entre este fenômeno e o problema da miséria cuja expressão mais gritante é a fome?

O capital só pode apropriar-se de um ramo de atividade se separar o produtor direto de seus meios de produção. Assim, é inevitável que com o avanço do capitalismo na agricultura e na indústria se expulsem os camponeses de suas terras transformando-os em produtores autônomos em assalariados. Ainda o capital exige uma força-de-trabalho livre em dois sentidos: livre no sentido de sem propriedade e livre com relação à mobilidade para deslocar-se seguindo ao capital. Por outro lado, o capital exige um fornecimento contínuo da força-de-trabalho (Singer, 1977).

Enquanto os países da Europa e os EEUU que se industrializaram no século passado utilizavam crescentemente mão-de-obra na indústria, os países latino-americanos e dentre eles o Brasil, utiliza tecnologia poupadora de mão-de-obra o que traz como consequência o problema da chamada marginalidade, segundo os funcionalistas ou um enorme exército industrial de reserva.

Alia-se à tecnologia poupadora de mão-de-obra, o controle mais efetivo das moléstias infecto-contagiosas possibilitando um aumento vegetativo da população.

Mas o que é, e qual o papel do exército industrial de reserva no processo de acumulação de capital?

Conforme descreve Marx (1971), a acumulação de capital realiza-se através da extração, pela classe capitalista, da mais valia produzida pela força-de-trabalho. Isto quer dizer que o valor criado pela força-de-trabalho excede seu próprio valor, o qual corresponde ao seu salário. O valor do produto encerra, então, além do valor efetivamente pago à força de trabalho, um valor excedente criado por esta mesma força-de-trabalho que é apropriado não pelo produtor, mas pelo capitalista que o tem a seu serviço. É a transformação da mais valia em investimento reprodutivo que possibilita a acumulação de capital.

A acumulação de capital realiza-se pela contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável. A parte constante do capital é aquela empregada no maquinário, instalações, matérias-primas etc. A parte variável do capital é aquela que paga os salários.

Com o progresso da acumulação, varia a relação entre o capital constante e o variável, em detrimento deste, e emprega-se progressivamente menos força de trabalho e aplica-se mais nos meios de produção. Sendo a procura de trabalho determinada não pelo capital global e sim pelo capital variável, ela cai progressivamente com ele.

...A acumulação capitalista sempre reproduz na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se deste modo excedente.

...A população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz em proporções crescentes os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção. Na realidade todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população válidas dentro de limites históricos.

...Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvol-

vimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele.

...A massa de riqueza social que se torna transbordante com o progresso da acumulação e que pode ser transformada em capital adicional, lança-se freneticamente aos ramos de produção antigos, cujo mercado se amplia subitamente, ou aos novos, como ferrovias, rodovias etc. cujas necessidades decorrem do desenvolvimento dos antigos. Nesses casos, grandes massas humanas têm que estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as. É no Brasil, o caso da Transamazônica, Itaipú, Metrô de São Paulo ou Rio, etc...

A retomada da análise de Marx é importante, porque é possível estudar o exército industrial de reserva no Brasil, hoje, de forma semelhante a que ele fez para a Inglaterra no século passado, incluindo o estudo de marginalidade feito por Kowarick (1977).

O primeiro ponto a ser realçado, como lembra Kowarick, diz respeito ao próprio caráter do modo de produção:

"O capitalismo na sua fase monopolista apesar das substanciais transformações sofridas, não pode ser visto de modo radicalmente diferente do período concorrencial. Não se trata de um novo capitalismo. Sua essência é a mesma, posto que se fundamenta na exploração do trabalho, através da apropriação da mais valia.

O sistema capitalista na sua fase monopolista, acirra a contradição entre capital e trabalho na medida em que a participação do fator salário diminui face ao valor do produto social gerado, o que supõe de um lado a crescente pauperização relativa, e do outro a criação de um contingente de trabalhadores "sobrantes", onde particularmente se manifesta a fome.

Esta população sobrance aumenta, mas cabe perguntar se ela não teria funções a cumprir para a acumulação de capital. Em outras palavras, se a fome significa apenas um peso morto para o sistema.

Conforme salienta Kowarick: "o capitalismo monopolista remunera o fator trabalho ⁽¹⁾ a preços superiores à média do mercado, mas não o faz de modo aleatório. A remuneração do trabalho ⁽²⁾ não depende diretamente de forma mecânica do exército industrial de reserva. Decorre, entre outras coisas, do grau de interferência do Estado na fixação salarial, dos

(1) A expressão trabalho deve ser entendida como força-de-trabalho.

grupos sociais que esta intervenção favorece, bem como da vitalidade da organização das classes trabalhadoras".

"Ainda, não são as escalas superiores de salário que determinam o seu valor. Mas as escalas inferiores de salários. No Brasil o salário mínimo tem sido o parâmetro que influencia a remuneração da mão-de-obra. Além do papel específico do Estado na fixação desse mínimo, a existência de um grande exército industrial de reserva tem pesado significativamente. Seja pela concorrência entre os trabalhadores dificultando sua organização, seja pela alta rotatividade a que estão submetidos. Os dados do Ministério do Trabalho indicam que a média de permanência no emprego é bastante baixa, pois 12% não ultrapassam os três meses e 40% não completam um ano de trabalho consecutivo na mesma empresa."

Isto revela a facilidade com que se pode substituir o exército ativo pelo de reserva que pode entrar e sair das fileiras de trabalho. Constitui-se no exército flutuante, conforme descrito por Marx.

Marx fala ainda de um exército industrial de reserva latente. É aquele que vai sendo liberado à medida que o capitalismo penetra na agricultura. Dá-se a expulsão de trabalhadores que não é contrabalançada pela oferta de trabalho no setor não agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para a cidade. Mas seu fluxo para a cidade pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente. Por isso o trabalho rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com os dois pés no pauperismo e com a barriga vazia.

A terceira categoria de superpopulação relativa é a estagnada. Constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força-de-trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio da classe trabalhadora justamente por isso torna-se base ampla de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário, caracterizam sua existência. Ela aumenta na medida em que o incremento e a energia de acumulação aumenta. Ela se produz e se perpetua na razão inversa de seus salários, e portanto, da quantidade de meio de subsistência de que dispõem as diversas categorias de trabalhadores.

São por exemplo os trabalhadores do setor terciário como os lavadores de carros, porteiros de prédios, vigilantes noturnos etc..

Finalmente aqueles que vegetam no mais profundo inferno da indigência e do pauperismo.

Entre eles, temos os aptos para o trabalho, e os incapazes para o trabalho. Aqueles que sucumbem

em virtude de sua incapacidade por ultrapassarem a idade produtiva e as vítimas da indústria; os mutilados, os enfermos etc., que sucumbiram diante da máquina, principalmente pela situação de fome em que enfrentaram o trabalho. Estes constituem o peso morto do exército industrial de reserva.

Sua produção e sua necessidade se compreende na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo e a fome fazem parte das despesas extras do capital, mas há sempre meios de transferi-las para a própria classe trabalhadora.

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce com as potências da riqueza, e quanto maior o exército industrial de reserva tanto maior o pauperismo e a desnutrição, para usar a terminologia eufemística oficial.

Todos os meios aplicados para elevar a produtividade do trabalho coletivo o são às custas do trabalhador individual: mutilam o trabalhador, reduzem-no a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformando-o em tormento, tornam estranha a potencialidade intelectual de seu trabalho na medida em que a este se incorpora à ciência como força independente, transforma todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sobre o mesmo rolo compressor do capital (Marx, 1971).

Como todos os métodos de produzir mais valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular e todo aumento de acumulação torna-se reciprocamente meio de desenvolver aqueles métodos, infere-se daí que na medida em que se acumula capital tem que piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. A fome é assim uma contradição antagônica do modo capitalista de produção, pois a acumulação de capital corresponde sempre uma acumulação de miséria.

O fato de a acumulação de capital gerar, de um lado a riqueza e de outro a miséria, é uma lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Mas, como toda lei é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que analisaremos a seguir.

A acumulação de capital se dá pela transformação da mais valia (trabalho não pago) em capital. O valor do produto varia em função do aumento ou diminuição da produtividade do trabalho; também essa variação incide sobre o próprio valor da força-de-trabalho, na medida em que este diz respeito à quantidade de produtos necessários à subsistência e reprodução da força-de-trabalho. Considerando, que no valor do produto está contido o trabalho morto nele encerrado e ainda o valor resultante da força-de-trabalho em atividade

— do qual uma parte retorna ao trabalhador sob a forma de salário e a outra é retida pelo capitalista, a mais valia — percebe-se que a variação no valor da força-de-trabalho afeta diretamente o “quantum” de mais valia extraída pelo capitalista, podendo-se deduzir que a magnitude da última (mais valia) vai depender da magnitude do salário.

Vimos anteriormente que o preço da força-de-trabalho (salário) depende, além do exército industrial de reserva, também do grau de interferência do Estado e da vitalidade da organização das classes trabalhadoras.

No Brasil, a partir de 1964, o Estado não vem apenas fixando os níveis de remuneração, mas também reprimindo as tentativas de organização dos trabalhadores, impedindo-os de lutar por melhores salários.

O Estado garantiu desta forma a superexploração e o rápido processo de acumulação, reforçando a tendência geral do modo capitalista de produção de não elevar o padrão médio de salários, mas reduzi-los.

Esta é a tendência do sistema, mas o poder de barganha dos trabalhadores pode modificá-la conseguindo salários reais mais altos, como se deu nos países capitalistas centrais, constituindo-se o aumento de consumo das classes trabalhadoras em componente estrutural da expansão do sistema. É preciso lembrar, no entanto, que as antigas colônias foram — e atualmente os países dependentes são — um componente estrutural importante para a expansão capitalista de países centrais.

Estes países foram assim capazes de estruturalmente reduzir a fome a níveis mínimos.

SALARIO MINIMO OU MINIMO DE SALARIO ?

O estudo do Dieese (1978) nos mostra que enquanto o PIB per capita cresce quatro vezes de 1974

a 1977, o valor real médio anual do salário mínimo em 1977 representa 58,92% de seu valor inicial em 1940. Ainda, para obter a razão essencial mínima estabelecida por lei, o trabalhador teria que trabalhar 65 horas e 5 minutos em 1959, sendo necessárias 141 horas e 49 minutos de trabalho para obter a mesma razão em 1977.

Como o salário (preço de força-de-trabalho) é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade de modo a que o trabalhador possa manter e reproduzir sua força-de-trabalho, quando o preço dos alimentos sobe mais que o preço de sua força-de-trabalho (rebaixado pelo exército industrial de reserva), chegamos a conclusão óbvia que as suas condições de vida pioram violentamente.

Como diz Marx, o limite mínimo do salário é determinado pelo limite físico, ou seja, para manter-se e reproduzir-se a classe trabalhadora. Além do mero elemento físico, há também um componente de ordem social. Não se trata de uma vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que decorrem das condições sociais em que vivem e se criam os homens (Marx, 1978).

No entanto, este elemento histórico e social que entra no valor do trabalho, pode ser totalmente reduzido, restando apenas o limite físico.

Este limite físico, no entanto, não pode ser pensado em termos individuais, mas de classe. Isto porque, como mostram os dados de consumo de alimentos, por exemplo, o desgaste de energia é maior que a sua reposição. Não é sem motivo que a classe trabalhadora vive cerca de 20 anos menos que as classes não trabalhadoras e seus funcionários.

Assim, o capital vem utilizando uma rápida sucessão de gerações famintas e de vida curta que mantém o mercado de trabalho bem abastecido, assim como uma série de gerações bem nutridas e de vida longa.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 — MELLO E SOUZA, A.C. — Os Parceiros do Rio Bonito Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1977.
- 2 — SINGER, P. — Debate e Crítica, 1:67, 1973.
- 3 — SINGER, P. — Capital e Trabalho no Campo — Editora Hucitec, São Paulo, 1977.
- 4 — MARX, K. — O Capital — Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- 5 — KOWARICK, L. — Capitalismo e Marginalidade na América Latina — Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- 6 — MARX, K. — Salário, Preço e Lucro. in Os Pensadores — Abril Cultural, 1978.
- 7 — DIEESE — Divulgação 1/78 — Salário Mínimo — Evolução Histórica, 1978 (Mimeo).

[Recebido para publicação em março de 1979]